

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	nº 04	p. 01-14	2002	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	----------	------	----------------

Estudo lingüístico de um manuscrito setecentista

Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (UFMT)*

ABSTRACT: This article presents semi-diplomatic lesson of the notarial document “Carta do Provedor eIntendente da Fazenda Real do Senhor Bom Jezus do Cuyabã” of July 24th, 1739, picked in investigation of the Project “Filologia Bandeirante”, showing some linguistic aspects that permit a description of the state of language of epoch.

KEY WORDS: Brazilian Portuguese, philology, historical document.

1. Introdução

Este ensaio apresenta lição semidiplomática do documento notarial, acervo do Arquivo Público de Mato Grosso, “Carta do Provedor eIntendente da Fazenda Real do Senhor Bom Jezus do Cuyabã”, de 24 de Julho de 1739, colhido para o projeto de pesquisa Filologia Bandeirante¹. Ao documento editado seguem

* Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia.

¹ Trata-se de um trabalho de pesquisa que apresenta a constituição de um projeto temático de equipe para coleta de material lingüístico acompanhado de estudos para identificação, análise e tabulação de traços pertencentes a uma ou mais fases de uma antiga língua, provavelmente preservados em localidades situadas nas trilhas das bandeiras paulistas de fins do século XVII, com repercussão ao longo do século XVIII. O objetivo é documentar e descrever aspectos lingüísticos do português na área indicada, propiciando aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo, com a hipótese de que a língua ali documentada apresenta traços de uma língua portuguesa corrente no tempo dos bandeirantes (Cf. Cohen/Aguiar/Santiago Almeida/Ferreira Netto/Megale, 1997: 79). Este projeto envolve quatro universidades brasileiras: Universidade de São Paulo (USP), na pessoa do professor doutor Heitor Megale, coordenador geral do

indicações de estudo lingüístico que permitem o levantamento de dados interessantes, pelo menos de alguns aspectos, para uma descrição do estado de língua da época. Assim, são apontadas, por exemplo, formas hoje consideradas não-padrão que encontram registro habitual em textos da natureza desse documento em fins do século XVII e durante o século XVIII, no Brasil.

Por se tratar de um estudo de caráter filológico que, como bem lembra Megale, (1998:11), se caracteriza pelo “ir às fontes” e que, de acordo com sua prática tradicional, prioriza a visão periférica, compreendendo a observação de um texto só depois de atestada a intimidade com o contexto ou fenômenos da história externa que constituíram suas condições de produção – em se tratando da lição de um texto setecentista – vale lembrar que, conforme Marquilhas, (1991:9-10), no quadro histórico português do século XVIII, pode-se traçar uma linha divisória na década de 50.

Na primeira metade do século, no reinado de D. João V, fase do Estado absolutista, pode-se assistir, sobretudo até 1740, à gravitação em torno do paternalismo real de uma classe intelectual, quase exclusivamente integrada por membros da alta nobreza e do clero, que aceitava entusiasticamente da parte do rei um mecenato generoso, expresso na contínua atribuição de mercês, e em prontas licenças de impressão à custa dos cofres da Coroa. Fato que intimamente está relacionado com o súbito alimento de riqueza fornecido pelas minas do Brasil.

Passando para a segunda metade do século, a partir de 1755, com a crescente imposição da figura do marquês de Pombal, chega-se a fase final do processo do Estado absolutista, período em que se impõe uma vontade legislativa motivada pela generalização a um grupo social mais vasto dos benefícios da instrução, da livre circulação de bens e do enriquecimento em geral. Nesse momento pode-se assistir ao progressivo triunfo cultural do *espírito das luzes*. A ele se podem considerar ligadas,

projeto, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação da professora doutora Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, Universidade Federal de Goiás (UFG), sob a coordenação da professora doutora Maria Sueli Aguiar e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob nossa coordenação.

principalmente, as atitudes de reforma da instrução e da indústria tomadas pelo marquês e continuadas pelos ministros de D. Maria I.

No entanto, o reconhecimento da conversão da norma regional do centro atlântico do reino em norma de prestígio ficou a dever-se ao séquito intelectual de D. João V. Aliás, essa tendência acompanhou o fortalecimento do regime absolutista desde o seu começo², mas só no século XVIII a existência de uma variante padrão para o português passa a ser proclamada e fortalecida.³

Essa proclamação eufórica da norma padrão para o registro oral logo passou para o nível do escrito, até então sem sistema ortográfico bem definido.⁴ Hoje, isso nos permite inferir que a ausência de uma norma bastante difundida para a escrita, principalmente naquele período, fez com que ela se apresentasse bastante oscilante, dando boas pistas da pronúncia portuguesa da época. “Devemos escrever como pronunciamos”. Este, aliás, é o primeiro mandamento das regras de ortografia na gramática de Bacellar, (1783:119), publicada quarenta anos depois do documento aqui analisado.

Porém, Maia, (1986:303), citando Gossen (1968:15-16), adverte que é oportuno ter em mente que a língua escrita, em especial de documentos notariais, somente de certo modo e em certo grau representa a língua do escriba ou do copista, e o falar local ou regional, porque quem escrevia “obedecia a tradições gráficas que se encontravam em todo o caso acima da realidade fonética local e, por vezes, mesmo regional”.

² Depois de cem anos sobre o reinado de D. João II, Leão, (1606: 32), já se referia ao centro político do reino como cadinho privilegiado de inovações lexicais: “O que se causou por em Portugal hauer Reis, e corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, e pulem, e donde manaõ pera os outros home᳚s, o que nunca houe em Galliza.”

³ Verney, (1746: 14) e Carmelo, (1767: fl.2*5v.), apud Marquilhas, (1991: 11), respectivamente, precisam bem os contornos da variante culta, reconhecendo-lhe inegável força normativa: – “[...] digo que os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da – Provincia da Estremadura;” – “Muitos curiosos deste Reino desejam proferir o Accento próprio das Vogaes [...] mas nam podem aprender ouvindo, porque nam podem sahir de suas Patrias para vir á Corte.”

⁴ No século XVIII, segundo Cuesta e Luz, (1971: 338-339), agravou-se a polémica entre a ortografia fonética e etimológica, terminando com a vitória desta última.

No entanto, algumas ou mesmo muitas formas da língua falada escaparam na transcrição de documentos dessa natureza. Em consequência disso não é raro encontrar, em manuscritos da referida época, registros dispare, feitos por um mesmo escriba, de uma mesma palavra: ora “Real”, ora “Rial”. Mais adiante (último parágrafo de 4.1) veremos que essa oscilação não está refletindo uma simples variação gráfica.

Se oscilação como essa nos deixa em dúvida sobre o que era a tal língua da corte, a norma padrão, que os “meninos bem criados”⁵ deviam aprender, por outro lado esses manuscritos nos fornecem elementos nos quais podemos nos guiar para descrever o estado de língua de então, discernindo, na medida do possível, variante de prestígio e de não prestígio, baseando-nos, em especial, nas ocorrências gráficas, ou nas relações grafema/fonema, e também em fatos do léxico e da sintaxe, que se repetem em um ou mais de um documento. Algumas dessas ocorrências hoje são consideradas não-padrão para a norma escrita, como se vê no registro de “poco” por “pouco”, ou no uso de “y” no ditongo “ey” por “ei”, ou ainda no registro de “caza”, com z, dentre outros.

2. Critérios de edição

Na execução deste estudo filológico, seguimos as normas para transcrição de documentos manuscritos adotadas pelo projeto de pesquisa Para a História do Português Brasileiro.⁶ Trata-se da transcrição chamada conservadora ou semidiplomática, que implica em: i. As abreviaturas, alfabéticas ou não, são desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas pelo escriba ou pelo copista, obedecendo aos seguintes

⁵ Argote, (1725: 299): “Há hum modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico, e delle usa a gente ignorante, rustica, e incivil, e delle he necessario desviar os meninos bem criados”, leia-se: os meninos da província da Corte.

⁶ Projeto que reúne pesquisadores dos brasileiros que visam, a partir de um *corpus* constituído de documentos históricos, explicar como se deu o processo de lusitanização no Brasil e que rumos a língua portuguesa vem tomando em todo nosso território.

critérios: a) respeito à grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba ou copista; e b) no caso de variação no próprio manuscrito, a opção é para a forma atual ou mais próxima da atual. ii. As fronteiras de palavras que vêm escritas juntas não são estabelecidas, nem se introduz hífen (=) onde não há. iii. A pontuação e acentuação originais são rigorosamente mantidas, e no caso de espaço maior, deixado pelo escriba ou copista, é marcado [espaço]. iv. O emprego de maiúsculas e minúsculas também é rigorosamente respeitado. v. Os eventuais erros do escriba ou do copista são mantidos, porém, remetidos para nota de rodapé. vi. Os diferentes registros de um mesmo traço observados em outra via do manuscrito, quando há, também são remetidos para nota de rodapé. Esse item não consta nas normas de transcrição do referido Projeto, provavelmente porque não se pensou na possibilidade de se analisar documentos com tal formato. vi. A divisão das linhas do documento original é preservada pela marca de uma barra vertical entre as linhas, e a mudança de fólio recebe a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais. Por fim, vii. A assinatura do punho de quem assina o documento é sublinhada.

3. Lição semidiplomática

- 1 [espaço] *Senhõr* [espaço] | Copia [espaço] | Como nestas Minas não haja bens deraís
- 2 e haja muitos homens *que* todo o seu Cabedal | tem reduzido aouro, devendo algum³
- 3 a Fazenda Real, etendo *notticia* osquerem execu=|tar seuzeantaõ, enãõ deixaõ
- 4 couza *que* valha aquantia *que* devem, para oque hẽ preciso | logo asuspeitos
- 5 defuga mandalos prender para ser inteiramente paga aFazenda | Rial doque lheelles
- 6 devem. [espaço] | Eporque aProvedoria não tem mais Meirinho, *que* odaIntendencia
- 7 onde hepreci=|za asua acistencia a mayor parte doanno, poder suçeder serprecizo
- 8 mandar | fazer aditta dilligencia pelo Alcayde da ditã, ou pelo Meirinho da Ouvidoria,

9 e como | os dítos officiais por insinuassão do Ouvidor actual
 João Roiz⁷ França não fação
 10 adelli= | gencia como segredo necessário senão executa o meu
 mandado: como succedeo
 11 | emhua⁷ prizaõ que mandei fazer pelo Meirinho da
 Ouvidoria a Francisco Lopes,
 12 cul= | pado emhua⁸ devassa desublevassão contra
 o estabelecimento da Intendencia,
 13 de= | que dei conta a Vossa Magestade namonçaõ passada,
 o qual Meirinho foi mostrar
 14 o meu | mandado a dítto Ouvidor, e estelhedisse não fizesse
 adítta delligencia; porque
 15 euaõ tinha | jurisdicção para tirar semelhantes devassas,
 nem para mandar prender
 16 alguém, emenos | pellos seos Officiais; enão satisfeito
 com se haver com tampouca
 17 atençaõ portemer eu | mandasse pello Meirinho da
 Intendencia fazer adítta diligencia
 18 Em outra ocaziam, | avizou oculpado, e recolheo
 em sua propria Caza dizendo
 19 publicamente que se eu qui= | zesse o fosse buscar a ella de que
 resultou opoco cazo que
 20 sefas dos Officiais da Fazenda | Real que se atrevem
 adizer os moradores destas
 21 Minas, que se algum lhe forlã fazer de= | ligencia lhe mande
 quebrar a Cabeça; porque
 22 não conhecessem justiça mais que a do Ouvidor |
 pello lizongiarem; de que dou
 23 a Vossa Magestade conta para que de a providencia
 necessária para que | os povos
 24 destas minas reconheçaõ a jurisdicção do Intendente
 e Provedor da Fazenda | Real,
 25 e que o Ouvidor da Camara anaõ pertube, emande que
 os seus Officiais cumpraõ |
 26 as ordens que para serviço ebem da arrecadação da
 Fazenda Real lhe fossem
 27 em carregadas | como segredo que o cazo pedir conforme
 adireito, e para que Vossa
 28 Magestade se cirva declarar no= | cazo que o Official que não
 forda Fazenda Real; mas
 29 porque della lhe for cometti= | da delligencia de segredo
 onaõ guardar,⁹ quem

⁷ Segunda via: emhuma.

⁸ Segunda via: emhuma.

- 30 pertence o castigallo para evictar¹⁰ asdes=|compusturas que
cada hora¹¹ estão havendo
31 nestas Minas maquinadas pello datto Ou=|vidor emprejuizo
da Real Fazenda de Vossa
32 Magestade que mandará aquefor servido | Villa Real do
Senhor Bom Jezus do Cuyabã
33 24 de Julho de 1739 Do Provedor e Intendente da
Fazenda | Real Manoel Roiz⁹
34 Torres. [espaço] Manoel Caetano Lopes de Lavre

4. Estudo lingüístico

Para dar conta desta missão filológica, agora que já está feito o “trabalho sujo” (na transcrição de manuscritos sujamos mãos e lupa enquanto respiramos a poeira que naturalmente se armazena em documentos como este, de quase trezentos anos), resta-nos mirar para o alvo principal que é a iluminação de alguns aspectos lingüísticos – como do grafema, da fonologia lexical e da sintaxe – que, de forma bem lata, nos concederão uma ainda mínima descrição do português setecentista.

No que se refere às relações grafema/fonema, na interpretação de textos antigos, o conhecimento do estado fonológico atual, segundo Maia, (1986: 304-305), pode ser de grande ajuda, mas na verdade o que importa é observar como se davam essas relações levando em conta os fonemas da época em questão. Além disso, é aconselhável recorrer aos gramáticos de então ou de um pouco mais tarde: suas observações constituem “um útil marco de referência no processo evolutivo da língua”. Age bem ainda o pesquisador que recorre aos textos poéticos coetâneos: suas formas, em rima, trazem informações “seguras” sobre a pronúncia do período a que o texto se refere.

⁹ Segunda via: delligencia desegredo guardar

¹⁰ Segunda via: evitar

¹¹ Segunda via: cadaora

4.1. Aspectos do grafema

Quanto aos diacríticos, observa-se que, à época do manuscrito, o acento que assume o valor fonológico com que atualmente empregamos o agudo era o circunflexo: “hê”<4>¹², “lâ”<21>, “mandará” <32>, “Cuyabâ”<32>. Via de regra, nesse estágio da escrita, parece que não se assinalava graficamente a tonicidade ou o timbre das vogais, mas sua quantidade: “notticia”<3>, “acistencia”<7>, “necessario”<10>, “<Camara”<25>. É recorrendo a essa quantidade da vogal, lembrando o sistema vocálico latino, que Bacellar, (1783: 36-37), ajuda-nos a digerir o então emprego dos diacríticos, apresentando três acentos, que indicam se a vogal é breve (`), longa ou circunflexa (^) e longuíssima ou aguda (´)¹³. O emprego dos acentos para a vogal breve e para a longuíssima ou aguda não foi encontrado no documento analisado, mas pode ser constatado em outros manuscritos contemporâneos.

Quanto ao uso do til, o escriba do documento, pelo visto não segue os preceitos de Bacellar, (1783: 122). Este diz que quando entre as finais -ãa e -ão parecer que soa um *n* ou *m*, escreve-se um til sobre o primeiro *a*. “todos os que attendem a armonia, (...) pronunciaõ hoje irman’a (irmãa), Joan’o (João); e não (como antigamente) Irmaã, irmaam, irmaan: Joaõ, Joaom”. Uma nota nesta última forma diz que “assim os imprimem hoje os estrangeiros, por não terem til nas suas impressas, e acharem em alguns dos nossos o o final, carregado do til”. Dentre esses “alguns dos nossos” podemos incluir o escriba do documento aqui analisado: dentre muitas ocorrências, “naõ”<1>, “deixaõ”<3>, “atençaõ”<17>, “cumpraõ”<25>, “estaõ”<30>. Ainda sobre o til chama a atenção a colocação desse diacrítico sobre vogais hoje não nasaladas em vocábulos como na abreviatura “Snõr” <1>, de senhor, e sobre consoantes como em “RoizŃ” <9, 33>. No primeiro caso, como é de praxe, o til é usado justamente para indicar a

¹² O número entre < > indica a linha na transcrição.

¹³ “O accento (...) he hum’a especie de canto; pois algum’as vezes constão aquelles de articulação, tempo, aspiração, e paixão. Temos dobrada demóra nas longas que nas breves: a levantamento de vóz em hum’a, e decadencia em a mesma, ou na seguinte: e paixão, principalmente nos que falão com ira, ou patheticamente.”

abreviatura. No segundo caso, a princípio, não se pode inferir muita coisa, principalmente, por se tratar de um nome próprio. Mas, analisando outro documento assinado pelo mesmo escriba foi encontrado “Roiz^o” como abreviatura de “Rodriguez”, daí o til é explicado pela mesma via de “Snõr”, para indicar abreviatura.

Observa-se que nas duas vias do documento há oscilação na grafia de muitas palavras, em especial, no que se refere ao uso de letras dobradas, chamadas etimológicas: “dilligencia/diligencia”, “mandallos/mandalos”, “pello/pelo”. Há, no entanto, predominância do emprego das dobradas: “notticia”<3>, “ditto(a)(s)”<8, 9, 14, 17, 31>, “dilligencia”<8, 10, 14, 21, 29>, “officiais”<9, 16, 25>, “pello(s)”<16, 17, 22, 31> “comettida”<29>, e outros. Essas ocorrências servem de testemunho ao que diz Cuesta e Luz sobre a polêmica das ortografias (nota 4). Outro fato que prova, até certo ponto, a vitória da ortografia etimológica, ou, como muitos querem, pseudo-etimológica¹⁴, explicando a confusão ortográfica em que nosso escriba se meteu é a ocorrência de “evictar” por “evitar”, que é a forma empregada na outra via do mesmo documento. Essa prática, em plena instabilidade no período do documento, teve seu início já bastante antes, especialmente em obras traduzidas do latim (“nocte” por “noite”), mas alcança seu pleno vigor com os escritores e impressores do Renascimento, perdurando, contudo, até hoje, principalmente no português escrito de Portugal.

Outro fato flutuante na relação grafema/fonema ocorre com o fricativo surdo /s/: “acistencia”<7>, “insinuassaõ”<9>, “sublevassaõ”<12>, “reconhessaõ”<24>, “cirva”<28>; na outra via o mesmo escriba grafa “cabessa” por “cabeça”<21> da via aqui transcrita; o emprego do ç (cedilhado), aparentemente, também suscita dúvida no escriba: “suçeder”<7>, “facaõ”<9> na via editada, e “façaõ” na outra via, “neçessario”<10>, “suçedeo”<10>, “neçessaria”<23>, “pertence”<30>, “servico”<26> (sem cedilha) em ambas as vias. Como se vê, neste particular, a tortura de quem escreve em língua portuguesa não é de hoje. Aliás, Louro, (s.d.:

¹⁴ A adaptação da ortografia grega e latina foi, nesse período, levada a cabo com um total desprezo pela fonética destas línguas e por vezes com pedante ignorância. “O período etimológico caracteriza-se por uma tendência para afastar a escrita da pronúncia para a fazer retroceder até à sua origem”. Cuesta e Luz, (1971: 337).

27), citando Gândavo (1574)¹⁵ como o primeiro a tratar do assunto, diz que é na grafia do *c* e do *s*, incluindo a do *z*, que se comete mais erros, porque o *s* inicial e medial, “seguido de consoante ou duplo, parece-se com *c* (*ç*); o *s* intervocálico parece-se com *z*.” Depois disso, segue dizendo que o remédio é saber algum pouco de latim, vendendo a idéia da ortografia etimológica, ou então, tendendo agora para a ortografia fonética, saber a diferença que há na pronúncia: “*c* (*ç*), faz-se fôrça com a língua nos dentes de baixo, de maneira que fique algum tanto, a ponta dobrada para dentro; *s* (*ss*), a língua mais folgadamente para cima e que fique soando a pronúncia, à maneira de assovio de cobra (daí lhe vem a forma)”. Pelo jeito, como era de se esperar, essa teórica ginástica fonética não deu muito resultado na prática. Há, no entanto, fenômenos que se repetem em ambas as vias, como a sempre utilização do grafema *z*, onde hoje é *s* intervocálico, para o fricativo sonoro /z/: “auzentaõ”<3>, “couza”<4>, “precizo”<4, 7>, “preciza”<7>, “prizaõ”<11>, “ocaziam”<18>, “avizou”<18>, “caza”<18>, “cazo”<19, 27, 28>, “lizongiarem”<22>, “Jezus”<32>.

Outra velha pedra no sapato dos escribas da língua lusitana é a alternância entre *e* e *i*, que também é uma constante no manuscrito: “dilligencia”<8, 17> e “delligencia”<10, 14, 29, etc.>, “Rial”<5> e “Real”<3, 24, 31, etc.>. Oliveira, (1871: 109), foi o primeiro a se ocupar desse espinho grafemático da última Flor do Lácio, dando o plural aos nomes terminados com *l*, mudando o *l* em *i*, e não *e*, juntando *s*, que é próprio do plural. Depois de listar algumas exceções, justifica sua preferência pelo *i*: “porque as minhas orelhas assi o julgaõ: e naõ he muito enganarme pois *i* e *e* pequeno¹⁶ saõ muy vizinhos”. Isso deixa claro que a oscilação gráfica *e/i* neste e nos demais manuscritos eleitos para análise não é gratuita. Ela espelha, de fato, uma variação na pronúncia do português da época.

4.2. Aspectos da fonologia lexical

¹⁵ Gândavo, Pero de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa*, [...]. Lisboa, 1574.

¹⁶ Isto é: *e* fechado, átono.

É, no entanto, na fonologia lexical, ou fatos fonológicos cristalizados no léxico, onde podemos com mais segurança destacar exemplos denunciando que, no documento analisado, pistas da língua falada se mostram na escrita: “Rial”<5>, “poco”<19>; a elevação do timbre de *e* (fechado, átono) para *i* e a monotongação ou redução de *ou* a *o*, bem como a não realização do fonema nasal sonoro /m/ em “hua” <11, 12> são fatos até hoje habitualmente registrados na oralidade, inclusive, não só de quem possui pouco ou nenhum grau de formação escolar. Em se tratando de indícios da expressão oral, os dois primeiros exemplos são mais genuínos, considerando que em dicionários coevos e mesmo em anteriores, como o “Thesouro da Lingoa Portuguesa” (1647), esses vocábulos são registrados: “real”, e “pouco”. Fato que não se repete com o último exemplo, que no dicionário citado está registrado com a mesma forma encontrada no manuscrito, exceto o til sobre o *a*: “huã”. Na outra via do documento, porém, o escriba grafava “huma” para as duas ocorrências, deixando evidente que embora a forma sem /m/ estivesse cravada no dicionário, começava a aparecer a forma escrita que sobrevive até hoje.

A ocorrência de “estabalecimento”<12> por “estabelecimento”, no manuscrito, está sendo considerado como fato curioso, ainda sem explicação cabível, porque a forma registrada em todos os dicionários consultados, inclusive no “Thesouro”, é a mesma de hoje. E como o vocábulo não se repete no documento, não é possível inferir algo. Por hipótese, pode-se dizer que o escriba ou cometeu algum engano ou foi influenciado pelo fenômeno da assimilação. Mas, para se chegar alguma conclusão a respeito, há necessidade de se fazer uma garimpagem em outros documentos da época, além dos cinco já lidos, e, de preferência, assinados pelo mesmo escrivão em questão.

4.3. Aspectos da sintaxe

No nível sintático vale destacar o caso da colocação do pronome *se* em “senaõ executa”<10> pela forma, hoje corrente, “não se executa”. Aliás, à época do manuscrito, o termo de

negação sempre aparece junto ao verbo, repetindo, ou continuando, o estilo do português arcaico. Isso vem provar que, nesta matéria, o que de fato está em jogo não são as tais partículas que “atraem” o pronome, como rezam nossas gramáticas normativas, mas a questão da eufonia, transferindo a discussão para o nível da estilística.

Outro fenômeno sintático digno de citação é a corriqueira supressão do relativo *que* em orações como “etendo notticia [que] osquerem executar” <3>. Esta ausência pronominal pode ser outro fato delator de traços da modalidade oral na escrita, no entanto é prudente encaremos esse dado sem muito alento, pois ainda há necessidade de se especular mais sobre o assunto, principalmente depois de tomarmos conhecimento de que em textos, também documentos notariais, de bem antes do analisado, dos séculos XIII e XIV, conforme demonstra Maia, (1986: 693), o pronome relativo *que* é “a forma pronominal mais usada”, seja como sujeito, seja como complemento.

5. Para encerrar

Mesmo sabendo que este texto apresenta apenas alguns poucos resultados do nosso trabalho, acreditamos que por enquanto seja o suficiente para já termos uma idéia do estado do português setecentista. Com isso esperamos despertar nos nossos interlocutores o interesse pela lida filológica, porque nesse campo e principalmente no que compete à descrição da língua portuguesa, nós filólogos, lingüistas e simpatizantes, cada qual com seu devido quinhão, estamos a dever boas *quanta*.

Levando-se em conta os poucos casos aqui levantados, dentre outros já em estudo, pode-se ver que o Projeto Filologia Bandeirante tem papel importante a desempenhar na atual conjuntura dos estudos lingüísticos no País, porque, considerando os projetos Para a História do Português Brasileiro, Atlas Lingüístico do Brasil, e outros, já está apresentando resultados que certamente trarão contribuições aos ditos projetos, bem como à lingüística histórica e à dialetologia, além de, cumprindo seu principal objetivo, provar a sobrevivência de traços

do português corrente na época das bandeiras no atual registro oral nas regiões paulistas, mineiras, goianas e mato-grossenses, filhas dessa ação bandeirante.

6. Bibliografia

ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* [...] Segunda impressão [...]. Lisboa Occidental: Na Officina Da Musica, 1725.

BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua portugueza; Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

CUESTA, Pilar Vásquez; LUZ, M. Albertina Mendes da. *Gramática da Língua Portuguesa* 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da lingoa portuguesa* [...]. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck, 1606.

LOURO, Estanco. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Ressurgimento, s.d.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português: Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* [...]. Reimpressão da edição do INIC. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986.

MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista: do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, 1991.

MEGALE, Heitor. Pesquisa Filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua portuguesa. In: *Estudos*

Lingüísticos XXVII – Anais de Seminários do GEL. São José do Rio Preto: UNESP – IBILCE, 1998.

OLIVEIRA, Fernão de (1871). *Grammatica de linguagem portugueza* – 2.^a ed. Porto: Imprensa Portuguesa, 1536.

PEREYRA, Padre D. Bento. *Thesouro da Lingoa Portuguesa.* Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck, 1647.